

TUDO SOBRE DESMATAMENTO ZERO

Regra sobre área indígena pode afetar clima

Emenda que dá ao Congresso decisão sobre terras indígenas causaria 8,3 mil km² de desmate até 2030, diz ONG

Se 20% das áreas não homologadas sofrerem corte raso, CO₂ emitido seria maior que a da indústria em um ano

MARCELO LEITE
DE SÃO PAULO

A proposta de emenda constitucional que passa do Planalto para o Congresso a última palavra sobre terras indígenas (PEC 215) não ameaça só os índios. Se for aprovada, arrisca lançar mais poluição de carbono no ar do que toda a indústria nacional produz num ano.

Seriam 110 milhões de to-

neladas a mais de gás carbônico (CO₂) até 2030. O CO₂ é o principal gás do efeito estufa (GEE), uma espécie de cobertor planetário que retém radiação solar perto da superfície da Terra e agrava o aquecimento global.

Esse valor corresponde a 128% de tudo que as indústrias brasileiras emitiram de GEE em 2014 (86 milhões de toneladas, segundo o Observatório do Clima/Seeg).

A estimativa se encontra no estudo "Ameaça aos Direitos e ao Meio Ambiente - PEC 215", do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (bit.ly/1Ma4qf8), ao qual a Folha teve acesso.

A PEC 215 foi aprovada pe-

lo Senado em 8 de setembro e deve agora ser examinada pela Câmara dos Deputados.

O cálculo do Ipam se baseia nos 78 mil km² de terras indígenas (TIs) em processo de demarcação, que ainda não foram homologadas pelo governo federal (passo final do processo de reconhecimento de uma TI).

DESMATAMENTO

As áreas homologadas têm em geral um nível de desmatamento bem menor do que outras terras circundantes. O grau de devastação nas TIs homologadas (1,9%) é aproximadamente a metade do observado nas que se acham em vias de demarcação

(3,7%), um indicador de que o reconhecimento completo refreia a tendência de que a área seja desmatada.

Na Amazônia, o bioma brasileiro com maior extensão de floresta, a taxa de desmatamento já alcançou 19%.

Se a PEC 215 entrar em vigor, é provável que várias TIs nunca sejam homologadas. Boa parte das que estão em processo de demarcação se acha fora da Amazônia e sob forte resistência de ruralistas, que têm grande influência no Congresso. Se se tornarem áreas privadas, teriam de seguir a legislação, que determina de 20% a 80% de reserva legal em cada propriedade, dependendo do bioma.

Caso isso aconteça e 20% de seu território terminarem desmatado, 8,3 mil km² sofreriam corte raso, calcula o Ipam. Multiplicando essa área pelo carbono estocado na biomassa das matas, chega-se aos 110 milhões de toneladas de CO₂ que seriam emitidas ao longo de 15 anos.

DEZ ESTADOS

Segundo o instituto, e ainda com base nos dados do Seeg, essa quantidade de carbono corresponde às emissões anuais totais de dez Estados brasileiros: Acre, Amapá, Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Roraima e Sergipe.

Outra comparação possível são os GEE produzidos por uma frota de mais de 7 milhões de carros rodando 20 km por dia até 2030.

O Ipam projetou também um cenário mais benigno, em que o desmatamento seguiria o padrão das áreas privadas no entorno de TIs. Neste caso, o desmatamento cairia para 1,400 km² adicionais e as emissões, para 16 milhões de toneladas de CO₂.

O Instituto Socioambiental (ISA) lançou um estudo complementar, intitulado "Impactos da PEC 215 sobre os Povos Indígenas, Populações Tradicionais e o Meio Ambiente" (disponível no endereço isa.to/IUTdCw2).

Fotos: Lalo de Almeida/Folhapress



Áreas desmatadas para agricultura em Paragominas (PA); mata só permanece nas áreas de preservação permanente

floresta SEM FIM

Especial multimídia investiga elos entre clima e desmate com 65 fotos, 26 infográficos e 8 vídeos

DE SÃO PAULO

A Folha lança nesta quarta-feira (16) a reportagem multimídia "Tudo Sobre Desmatamento Zero", acerca da contribuição que o Brasil pode dar para o combate à mudança do clima na Terra.

Esse também é o tema do próximo seminário do jornal (folha.com/forumdesmatamentozero), dias 21 e 22. O projeto contou com patrocínio da Climate and Land Use Alliance (Clua), um grupo de quatro fundações dos EUA.

A reportagem especial abrange quatro temas cruciais para a dinâmica da devastação na Amazônia: pecuária, áreas protegidas, madeira e assentamentos.

Cada um dos quatro capítulos foi produzido por equipes de quatro repórteres enviados a oito municípios em três Estados da Amazônia (Pará, Mato Grosso e Rondônia). O texto é acompanhado por 65 fotografias, 26 infográficos e 8 vídeos.

O governo federal deve anunciar nas próximas semanas seu novo compromisso de redução de emissões de gases do efeito estufa. Reduções adicionais na taxa de desmatamento, que vinha



Funcionário de madeira legal controla estoque de toras em pátio aberto na Floresta Nacional de Jamari, Rondônia

caindo rapidamente na Amazônia, estarão no centro dessa promessa.

Em 2009, o governo havia assumido a meta de cortar, até 2020, entre 36% e 39% o desmatamento, a principal fonte de emissões do país, e deve cumpri-la com folga.

Todos os países precisam divulgar seus novos compromissos para o período pós-2020 antes da Conferência de Paris, em dezembro. A 21ª reunião anual da ONU sobre clima está encarregada de produzir um novo acordo mundial, para substituir o Protocolo de Kyoto (1997).

O debate no Brasil se dá em torno do conceito de desmatamento zero. O Planalto adota uma versão branda da meta, "desmatamento ilegal zero". Ou seja, eliminar só a destruição que ultrapasse o limite fixado pela legislação para cada propriedade rural.

O movimento ambientalista critica essa perspectiva como muito tímida, pois implica que a legislação florestal seja plenamente cumprida só em 2030. Defendem que todo o desmatamento, ilegal ou legal, seja zerado já em 2025.

Veja o especial no site folha.com/desmatamento